



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Controle Externo da Administração Pública Estadual

Ofício nº 032/GPGC – 2020

Goiânia (GO), 28 de abril de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás
Celmar Rech
NESTA

Assunto: Solicita disponibilização de acesso que especifica.

Senhor Presidente,

1. Considerando a emergência em saúde pública declarada tanto em âmbito federal como estadual, nos termos da Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020 e Decreto Estadual nº 9.653, de 19 de abril de 2020, respectivamente;
2. Considerando a publicação da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dentre as medidas instituídas estabelece a possibilidade de dispensa de licitações para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da disseminação do coronavírus;
3. Considerando o reconhecimento da ocorrência do estado de calamidade pública tanto em nível federal quanto estadual, conforme Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020 e Decreto Legislativo Estadual nº 501, de 25 de março de 2020, respectivamente, o que implica diretamente no atingimento das metas de resultados fiscais previstas no art. 17 da Lei nº 20.539/2019 assim como na possibilidade de limitação de empenho, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000;
4. Considerando que a missão institucional deste Ministério Público de Contas consiste em defender a ordem jurídica, os valores constitucionais e o interesse social no controle da gestão pública do Estado de Goiás;
5. Solicito a Vossa Excelência, a fim de conferir a este *Parquet* de Contas a possibilidade de acompanhamento concomitante das contratações e despesas do Estado nesse contexto de flexibilizações e excepcionalidades, as **disponibilizações de acesso abaixo relacionadas:**
 - i) às planilhas, aplicativos e painéis Qlik Sense utilizados para priorização e consequente requisição de processos de compras públicas para exame por parte do TCE/GO;
 - ii) aos painéis do Qlik Sense elaborados com base em dados e informações extraídos do Comprasnet, sistema Informa, SIOFI e outras bases de dados referentes a despesas e aquisições estaduais;
 - iii) ao Sistema INFORMA;
 - iv) aos dados do Sistema de Gerenciamento de licitações (SGL) e do Sistema de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Controle Externo da Administração Pública Estadual

v) Gerenciamento Financeiro (SGF), ambos da Goinfra;
aos painéis para acompanhamento das despesas do Estado, utilizando-se das mesmas bases de dados do *Business Objects* (B.O.).

6. Os referidos acessos devem ser disponibilizados aos servidores Lúcio Marcos da Costa Bolzan (usuário: lmarcos), Estela Maria de Carvalho (usuário: emcarvalho) e Sharlane Kellma de Paula Oliveira (usuário: skellma).

7. Para informações acerca da presente demanda o contato poderá ser feito diretamente com a Procuradoria-Geral de Contas, ramal 2512.

Atenciosamente,

MAISA DE CASTRO SOUSA
PROCURADORA-GERAL DO MPC/GO